



*Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina*  
*Gabinete da Conselheira Substituta Sabrina Nunes Iocken*

Ofício 018/2021

Florianópolis, 28 de abril de 2021.

Ref.: Processo n. @ PCP 21/00129001 - Contas prestadas pelo Prefeito (exercício de 2020)

Senhor(a) Prefeito(a),

Cumprimentando-o cordialmente, como Relatora das contas municipais de Imbuia, relativas ao exercício de 2020, e a fim de manter um canal de comunicação que permita agregar ao exame das contas uma perspectiva inclusiva das ações e políticas públicas implementadas nesse município, **solicito o encaminhamento, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento deste, das informações relativas às questões a seguir descritas:**

*1. Saneamento básico (Lei n. 14.026/2020)*

A Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020, atualizou o marco legal do saneamento básico no Brasil e reafirmou o protagonismo dos municípios no que diz respeito aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. Foi previsto prazo para o cumprimento de metas de universalização do atendimento em relação aos serviços de água potável e de coleta e tratamento de esgotos, o que, somado à essencialidade desses serviços, demanda atenção e ações efetivas dos gestores municipais para superar as lacunas existentes.

Nesse contexto, deve ser informado se o município possui:

- a) Plano Municipal de Saneamento Básico. Em caso positivo, encaminhar o número da Lei.
- b) Sistema de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário. Em caso positivo, encaminhar as seguintes informações:

Grupos	Percentual atendido	
	2019	2020
População atendida com serviço de água		
População atendida com esgotamento sanitário		

## 2. Modelo de Excelência de Gestão do Ministério da Economia (MEG-Tr)

O Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-TR)<sup>1</sup> foi desenvolvido pelo Ministério da Economia com o objetivo de possibilitar que órgãos e entidades públicos implementem ciclos contínuos de avaliação de seus sistemas de gestão, oportunizando o conhecimento e a adequação das práticas e dos resultados atuais ao realizar o alinhamento aos requisitos nele estabelecidos.

Considerando a definição anual de aplicação dos instrumentos de melhoria de gestão do MEG-TR e os prazos abaixo relacionados para que o município encaminhe o Relatório de Melhoria da Gestão da aplicação do primeiro ciclo para validação da Coordenação da Rede +Brasil; e considerando a importância do recebimento dos recursos repassados pelo Governo Federal, a título de Transferências Voluntárias, para a execução de políticas públicas, deve ser informado se o município adotou alguma providência para a implementação do MEG-TR e, **em caso positivo, as ações adotadas devem ser especificadas.**

Prazos para aplicação do MEG-Tr:

Órgãos/Entidades	Prazo para aplicação do 1º Ciclo
<ul style="list-style-type: none"><li>Municípios capitais de Estados;</li><li>Municípios a partir de 50.001 habitantes.</li></ul>	Até 30/09/2021.
<ul style="list-style-type: none"><li>Municípios com população entre 15.001 e 50.000 habitantes.</li></ul>	Até 31/03/2022.
<ul style="list-style-type: none"><li>Municípios com população até 15.000 habitantes.</li></ul>	Até 30/09/2022.

## 3. Boas práticas adotadas em relação às políticas públicas

A divulgação de boas práticas, que vem sendo realizada por meio dos processos de minha relatoria desde 2017, visa valorizar os trabalhos realizados, estimular novas

---

<sup>1</sup> Regulamentado pela Portaria n. 66, de 31 de março de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e pela Instrução Normativa n. 05, de 24 de junho de 2019, alterada pela Instrução Normativa n. 33, de 23 de abril de 2020 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

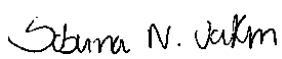
iniciativas e permitir que outros gestores adotem tais ações no âmbito de sua atuação, a fim de otimizar os recursos disponíveis, propiciar uma governança integrada e contribuir para a implantação de políticas públicas efetivas. Trata-se de projetos realizados em 2020 que tenham se destacado por conterem soluções efetivas para a resolução dos problemas sociais nas áreas de saneamento básico, saúde, educação, assistência social, urbanismo, meio ambiente, governança, entre outras, mesmo diante de um cenário de escassez de recursos.

Nesse contexto, solicito o encaminhamento de informações referentes a pelo menos uma política pública executada no município durante o exercício de 2020 que tenha atendido ao seu propósito, como segue:

Identificação do projeto	
Descrição do objetivo do projeto	
Ações implementadas	
Setores envolvidos	
Público-alvo	
Resultado alcançado	
Custo do projeto	
Número de participantes/beneficiários	
Registros fotográficos (quando houver)	

As informações devem ser encaminhadas para os endereços de e-mail: **gcssni@tcesc.tc.br** ou **sonia.endler@tcesc.tc.br** e eventuais dúvidas podem ser esclarecidas por meio do telefone (48) 3221-3645, das 13h às 19h.

Atenciosamente,

  
Sabrina Nunes Iocken  
Conselheira Substituta do TCE/SC